



## 5º Encontro Internacional de Política Social 12º Encontro Nacional de Política Social

Tema: “Restauração conservadora e novas resistências”

Vitória (ES, Brasil), 5 a 8 de junho de 2017

---

Eixo: Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

### A aproximação entre o Serviço Social e o marxismo

Inez Rocha Zacarias<sup>1</sup>

**Resumo** O início da erosão do Serviço Social tradicional no Brasil não ocorreu de modo diferente do processo ocorrido em parte da América Latina, pois também foi expressão das condições políticas, econômicas e sociais que se desencadearam nos limites latino-americanos. Contudo, é necessário destacar que o processo brasileiro apresentou certas particularidades, tendo em vista o cenário nacional da época. Dito isso, resgatar o processo de renovação do Serviço Social no Brasil e compreender como a interlocução da profissão com o pensamento de Marx e com a tradição marxista ocorreu, implica, da mesma forma, delimitar as circunstâncias sociais e suas determinações sócio-históricas no contexto brasileiro. Dessa forma, o presente artigo busca evidenciar alguns elementos contextuais que incidiram na aproximação do Serviço Social com o pensamento marxista, até a década de 1980, apontando para as dificuldades, avanços e desafios que permearam esse processo.

**Palavras-chave:** Serviço Social; Marxismo; Intenção de Ruptura.

### The Approach between Social Work and Marxism

**Abstract** The beginning of the erosion of traditional Social Work in Brazil did not occur in a different way from the process that occurred in part of Latin America, as it was also an expression of the political, economic and social conditions that unfolded within the Latin American limits. However, it is necessary to emphasize that the Brazilian process presented certain peculiarities, in view of the national scenario of the time. That said, to rescue the process of renewal of Social Work in Brazil and to understand how the interlocution of the profession with the thought of Marx and with the Marxist tradition occurred, implies, in the same way, to delimit the social circumstances and their socio-historical determinations in the context Brazilian. Thus, the present article seeks to highlight some contextual elements that focused on the approach of Social Work to Marxist thought, until the 1980s, pointing to the difficulties, advances and challenges that permeated this process.

**Keywords:** Social Work; Marxism; Intentional rupture.

### Introdução

Para reconstruir os caminhos que levaram o Serviço Social a interagir com o conjunto do pensamento marxiano, e aqui incluindo a tradição marxista no Brasil, é necessária a identificação dos diferentes aspectos sócio-históricos que confluíram para o desencadeamento deste processo. Deste modo, sob os subsídios da já reconhecida literatura existente sobre o

---

<sup>1</sup> Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PUCRS. Assistente Social da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. E-mail: <inezpoa@yahoo.com.br>.

tema, faz-se um resgate do legado que essa relação proporcionou ao conjunto da profissão, a partir do marco da renovação profissional, situado no contexto político e econômico do Brasil e da América Latina. Analisam-se, portanto, os elementos contextuais tratados não como fatores externos, mas a partir da sua condição intrínseca a esse processo, pois, para decifrar essa profissão por uma perspectiva crítica, como afirma Iamamoto, é necessário, “[...] em primeiro lugar, abordar o Serviço Social com uma profissão socialmente determinada na história da sociedade brasileira” (IAMAMOTO, 2004, p. 57). Do mesmo modo, é importante também pensá-la a partir dos sujeitos que a ela dão vida, considerando suas vivências e ações, ou seja, a profissão não pode ser pensada sem a caracterização dos profissionais que permitem a sua existência e que também atribuem a mesma um determinado *modus operandi* (IAMAMOTO, 2004, p. 57). Confluentemente, considerou-se o nível de disputa entre as classes sociais e como esse processo rebateu sobre a erosão do Serviço Social tradicional, como influenciou nas contraditórias correntes ideológicas que passam a influir na profissão no cenário brasileiro.

### **O Cenário Sócio-Econômico Brasileiro no Século XX**

No que tange ao contexto político-econômico prévio ao golpe militar de 1964, o país encontrava-se na era plena do desenvolvimentismo, com a economia atingindo um patamar diferenciado na dinâmica capitalista local, se comparado aos períodos econômicos anteriores. A industrialização no Brasil até 1930 era irrisória, tendo caráter competitivo e local, fundamentada no modelo de substituição de importações. Já a partir de meados dos anos 50 (século XX) a fase de industrialização brasileira passa a ser monopolista, contando com a participação massiva do Estado e do capital estrangeiro. As grandes empresas monopolistas, tanto estatais como privadas, constituíam o principal setor dinâmico da economia. Para Ohlweiler, um dos principais estímulos à industrialização nesse período ocorreu via forte intervenção do Estado Brasileiro, ao dinamizar a transferência de renda do setor cafeeiro (que era até então o principal setor da economia exportadora nacional) para o setor industrial, permitindo, assim, a importação de máquinas e equipamentos e a ampliação do investimento das empresas em capital constante (OHLWEILER, 1985).

Desenvolveu-se, neste sentido, um novo padrão de acumulação, alterando o padrão de exportações: antes a economia se sustentava na agroexportação, passando posteriormente a exportar cada vez mais produtos manufaturados. Ainda, segundo Ohlweiler (1985), a fonte de acumulação com o crescimento industrial, na condição de capitalismo monopolista, é a

exploração do trabalho, visto a fraca base de forças produtivas materiais, apesar do auxílio estatal na potencialização desse setor e da entrada de capital estrangeiro.

Em meados de 1960, após vivenciar um período de expansão da economia via pesado processo de industrialização no país, com a consolidação de um modelo capitalista monopolista de Estado, a economia desemboca numa crise que iniciou no último ano de governo de Kubitschek (1956-1961), e atravessou as administrações de Jânio Quadros (1961) e de João Goulart (1962-1964), tendo o seu ponto de crise mais alto no ano de 1964, quando Goulart foi deposto por um golpe militar. Após a renúncia de Jânio Quadros, governo que durou 7 meses, grupos sociais representantes do campo democrático passaram a ter presença no Governo João Goulart, fenômeno que nunca havia ocorrido na história brasileira. Desta forma, se reacende um nacional-populismo que agregara forças diversas, desde partidos políticos até sindicatos, tendo este fenômeno político seu auge no programa das Reformas de Base. O diferencial desse período, com relação à história do país, é o crescimento considerado fora da curva de organizações vinculadas às lutas operárias, camponesas e populares em geral. Uma justificativa para essa efervescência popular se assenta no processo de transformação que atingiu o setor produtivo: houve um aumento numérico significativo da classe operária, somada a uma intensificação da exploração da força de trabalho, e, conseqüentemente, um maior acirramento da luta de classes. (OHLWEILER, 1985).

Outro fato novo não menos importante é a associação a esses movimentos de setores vinculados à Igreja Católica, inspirados sobre uma nova leitura bíblica com viés marxista, movimento conhecido por compor a corrente cristã da Teologia da Libertação. Observa-se também a realocização de setores das Forças Armadas, que desencadeiam reivindicações associadas a movimentos populares, provocando uma crise interna nas Forças Armadas, devido aos inúmeros casos de insubordinação aos escalões mais altos da hierarquia.

Diante da crise que se abateu sobre a economia nesse período e o quadro grave de instabilidade política que não interessava às classes dominantes, tendo em vista as ameaças à propriedade privada, constitui-se uma reação dos setores vinculados à burguesia nacional (as oligarquias rurais, os agroexportadores, a burguesia industrial e a grande burguesia monopolista). Somam-se a essa organização, setores militares que ansiavam por estancar a crise interna e que concomitantemente simpatizavam com o ideário anticomunista e antipopulista. O objetivo dessa reorganização burguesa e militar era rearticular as relações entre Estado e burguesia, associados aos interesses imperialistas, neutralizando as forças sociais que ocupavam espaço no cenário nacional. Para esses grupos, pairava a preocupação

de um possível “[...] contexto pré-revolucionário [...]” (SILVA, 2013, p. 86), caso o golpe de abril não fosse exitoso:

O que estava em jogo não era propriamente o capitalismo ou o socialismo, mas a disputa entre um modelo de desenvolvimento associado e dependente (marca da era de monopólios e do imperialismo na sua forma mais radical) ou um processo de intensas reformas democráticas e nacionais, contrárias ao imperialismo e ao latifúndio, que poderia se desdobrar – radicalizado – em um processo de revolução social (SILVA, 2013, p. 86).

O golpe militar de 1964 representou o triunfo dessa aliança e a derrota das forças populares formadas pelas classes operária e camponesa. A autocracia burguesa que se instalou no comando político do Brasil sustentou-se, segundo Silva (2013, p. 87), “[...] em um Estado antinacional e antidemocrático, capaz de privar amplos segmentos de diversas classes sociais de mobilização, organização e de representação”. Implicou, desta forma, um governo autoritário e antipopular, voltado a responder aos interesses essenciais da burguesia, estabelecendo as condições gerais para a aceleração da acumulação do capital na etapa monopolista e reprimindo, através da força policial-militar, as tensões sociais que pudessem impedir o desenvolvimento desse projeto.

### **O Avanço das Lutas Populares e a sua incidência no Serviço Social**

A partir deste contexto político e social, que marcou o período pré-golpe militar, torna-se possível apontar para alguns aspectos conjunturais que irão mais adiante incidir na aproximação do Serviço Social ao marxismo. O principal aspecto é atinente ao crescimento das lutas operárias e camponesas, de perfis anti-imperialistas, que carregavam em suas reivindicações um forte teor democrático e o combate ao atraso social promovido pela ordem capitalista. O acirramento da luta de classes põe as ações profissionais sob contradição, pois passam a se sobressair, em detrimento dos interesses das classes dominantes que contratam a mão de obra do Assistente Social, as demandas dirigidas pela classe trabalhadora que é quem destinatário dos serviços executados por essa profissão. Portanto, quanto mais entram em choque os interesses antagônicos das classes sociais no cenário do capitalismo brasileiro, mais entra em contradição o trabalho profissional, em virtude destes interesses divergentes que se materializam no cotidiano do Serviço Social, entre os interesses de quem paga pela a sua força de trabalho e quem recebe imediatamente os benefícios do trabalho.

Contudo, é importante ressaltar que, até meados dos anos de 1970, o debate no Serviço Social brasileiro apresentava uma defasagem, se comparado com o resto do continente. É tão somente no marco da autocracia burguesa que o Serviço Social apresentará maior mobilização para a renovação, buscando afinar-se às novas demandas sociais que emergiam nesse momento e que exigiam uma nova postura profissional.

Por outro lado, é importante salientar que não houve por parte do governo militar um movimento intencional em modificar ou de deslegitimar as formas tradicionais de trabalho exercido pelos Assistentes Sociais. Ao contrário, até meados de 1980, o que há são discursos governamentais de legitimação e valorização do Serviço Social tradicional. Havia o interesse em manter os traços subalternos da profissão, que cooperavam no projeto de controle da classe trabalhadora, através da sua atuação na execução de políticas sociais (NETTO, 2009). Entretanto, é nesse ínterim do governo ditatorial que se consolida uma nova dinâmica social, permitindo que se desenvolvesse o processo de renovação profissional. Essa renovação, caracterizada por sua “[...] pluricausalidade [...]” e “[...] multilateralidade [...]”, conforme a caracterização de Netto (2009, p. 116), supõe também considerar os movimentos internos que ocorreram na profissão que desejavam a construção de respostas a essas novas demandas impostas.

Soma-se a estes fatores, o deslocamento de grupos vinculados à Igreja Católica para uma direção menos conservadora e mais próxima das necessidades da população, conforme referido anteriormente. O diferencial é que este movimento rebate diretamente no Serviço Social, pois, como é de conhecimento, a profissão tem, desde a sua institucionalização no Brasil, laços com as bases confessionais e reconhecida participação nas ações doutrinárias da Igreja Católica, tendo muitos dos seus quadros profissionais atuantes no movimento católico.

Sob o contexto autocrático burguês, a repercussão desse processo no Serviço Social ocorreu por três diferentes vertentes: duas de conteúdo conservador e outra mudancista. As vertentes conservadoras desse processo, a perspectiva conservadora e a reatualização conservadora, conforme definição de Netto (2009), aspiravam em essência outorgar uma nova roupagem mais tecnocrática para o trabalho do Assistente Social. Assim, previam readequar, sem promover rupturas abruptas com o tradicionalismo das atividades já desempenhadas, mas respondendo de alguma forma às novas exigências.

A vertente denominada intenção de ruptura, teve no período pré-golpe militar a sua emergência. Contudo, somente a partir da década de 80, do século XX, adquire maior robustez no Serviço Social. De acordo com a caracterização de Moraes et al. (2011), no ínterim entre

1960 e 1970, identifica-se o surgimento de grupos de Assistentes Sociais que passam a questionar o Estado e suas estruturas sociais injustas. A sua orientação nesse momento assentava-se numa perspectiva marxista ortodoxa, vinculada aos programas político-partidários de esquerda. Com isso, ocorreu a evasão desses profissionais das instituições empregadoras, sob o argumento de que as mesmas legitimavam as injustiças sociais por serem instrumentos ideológicos de poder e coerção (MORAES et al., 2011).

Assim, essas primeiras movimentações não superaram as ações espontâneas de alguns grupos isolados para algo mais sistematizado e consistente. Influenciados principalmente pela dinâmica política da época, acabam trazendo para o âmbito do Serviço Social os primeiros debates profissionais sob a interpretação do marxismo. Essa movimentação foi suspensa pelas dificuldades impostas no período militar, devido às ações de cerceamento a qualquer atitude que pudesse ser considerada contra a ordem ou subversiva, e nisso se incluía, principalmente, qualquer discussão que contemplasse o tema comunismo.

Não obstante, apresentando-se como um desvio nesse contexto político, já na década de 1970, surge o que foi considerada a primeira sistematização do Serviço Social sobre a profissão a partir de uma leitura marxista. Este movimento emergiu sob o contexto da ditadura militar, por iniciativa da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais. Assim, desenvolveu-se a primeira elaboração com uma destacada preocupação teórica e metodológica, concentrada na proposição de alternativas de intervenção profissional, assim como na construção de outro modelo de formação profissional. Além disso, como resultado dessa influência do pensamento marxista, delineou-se sob a perspectiva da luta de classes, apontando para o necessário comprometimento da atuação profissional com os interesses das classes subalternas. O *Método BH*, como ficou conhecido, demarcou uma outra etapa no movimento de renovação do Serviço Social, pois foi o único, entre as vertentes que se apresentaram, que realmente intencionou uma ruptura radical com o conservadorismo tradicional da profissão. Desencadeia-se no Serviço Social mais um passo no processo de renovação, com a inserção de novos sujeitos no âmbito acadêmico, agregando novos debates até então ignorados pela profissão (NETTO, 2009).

Há críticas bastante rígidas no que concerne ao modo como ocorreu a apropriação do pensamento marxista nessa ocasião. Sobre a experiência de Belo Horizonte, a crítica de Silva (2013) resume bem as ressalvas a ela direcionadas. A principal crítica refere-se a uma aproximação com a tradição marxista via militância política, sem o respaldo das obras de autoria própria de Marx, somente fazendo uso de um marxismo vulgar que reduzia a

complexidade da obra marxiana a esquemas em forma de manuais. Para Silva, o problema nessa produção acentuou-se no uso de formalismos típicos do positivismo “[...] o epistemologismo, o cientificismo e o metodologismo” (SILVA, 2013, p. 100).

Ademais, outra ressalva acentuada, também presente em Silva (2013), Netto (2009) e Iamamoto (2004), reprovava o lado militante aflorado em alguns profissionais desde meados de 1960, quando parte dos Assistentes Sociais defendiam a saída das instituições, partindo para uma atuação junto aos movimentos sociais. Esse discurso também se fez presente nas produções de Belo Horizonte, mas restritos aos muros acadêmicos, sob os auspícios de um “[...] marxismo acadêmico” (NETTO, 2009, p. 67). Esse militantismo profissional, conforme definido, cometia o erro de ignorar a condição de trabalhador assalariado a qual o Assistente Social está sujeito. O chamamento feito da categoria à militância política, conduzida por um apelo ao compromisso de classe, conferia por vezes intenções que ultrapassavam os limites da profissão, ao fazer acreditar que a mesma por si só era capaz de produzir transformações na realidade social, sustentando-se em uma leitura enviesada do marxismo. Uma das críticas ressaltadas por Iamamoto refere-se às obras de pensadores marxistas que serviram de suporte a essa movimentação no Serviço Social. O estudo do marxismo restringiu-se a um número reduzido de autores, principalmente Mao, Althusser, Lênin, Trotsky, Guevara, entre outros, que, na crítica por ela tecida, não contemplavam o conjunto do pensamento marxiano, ou até mesmo o distorciam (IAMAMOTO, 2004).

Todavia, é necessário considerar alguns elementos determinantes que levaram a essa leitura reducionista do marxismo pelo Serviço Social nesse primeiro momento. De acordo com Netto, a inserção do pensamento marxista no Brasil ocorreu tardiamente, restringindo-se até meados de 1950, às produções dos quadros políticos do Partido Comunista Brasileiro (PCB), quase sempre limitadas à reprodução do marxismo oficial soviético. É após esse período que o marxismo no Brasil avança para além das estruturas partidárias, rebatendo nas elaborações de intelectuais que não tinham, necessariamente, vínculos com organizações partidárias. Com o golpe de 1964, essas diferentes iniciativas que se desenvolviam tiveram os seus trabalhos suspensos.

Contudo, apesar das profundas consequências, não foi possível liquidar totalmente o pensamento revolucionário socialista do cenário cultural brasileiro. Um dos exemplos dessa resistência é a própria existência de um marxismo acadêmico, restrito aos setores universitários que, como já mencionado anteriormente, caracterizou-se pelo emprego de um marxismo sem Marx, ou seja, sem recorrer às elaborações originais, tendo em vista a dificuldade de acesso a



essas obras, assim como o perigo frente à perseguição política a quem se fazia divulgar essas leituras (NETTO, 2009). Conseqüentemente, é incontestável as condições históricas desfavoráveis às quais foram expostos os marxistas brasileiros, que, apesar das circunstâncias inóspitas, conseguiram manter alguns espaços de resistência, ainda que estivessem longe do ideal para uma apropriação fiel à teoria marxista e seus desdobramentos.

Além disso, é necessário reconhecer as conseqüências das críticas tecidas sobre o fenômeno da aproximação profissional à militância política. O problema está na posição intransigente sobre esse movimento, principalmente no que concerne à atividade política desses profissionais. É correto afirmar que essa atividade militante não estava respaldada por uma leitura crítica consistente e mediada às condições concretas de trabalho do Assistente Social, sendo uma atuação movida somente por uma retórica sobre o compromisso com a classe trabalhadora, assim como da participação do Serviço Social com os processos que poderiam levar à transformação social para a superação do capitalismo. Até esse ponto, há acordo na crítica tecida, principalmente porque esse movimento levou alguns profissionais a acreditarem que o Serviço Social era por si só uma atividade política e revolucionária, e com isso defenderam a sua desvinculação institucional. Todavia, como movimento contrário a esse processo, fenômeno que se desenvolveu nas últimas duas ou três décadas, foi uma restrição quase que integral do exercício profissional aos limites institucionais, compelindo o trabalho profissional às formalidades burocráticas na execução das políticas sociais nas quais estão empregados os Assistentes Sociais. A atuação política, se pensarmos sob o ponto de vista da revolução e do socialismo em Marx, é o dever de todo militante de esquerda, seja esta através da vinculação a partidos políticos, sindicatos de trabalhadores ou movimentos sociais, espaços onde hoje quase não há participação do Serviço Social, salvo exceções.

A participação nesses espaços mais tradicionais de militância política de esquerda pode ser um meio rico para o auxílio tanto na identificação como na potencialização de movimentos de resistência presentes no cotidiano de trabalho, como é o caso das ocupações urbanas, movimentos comunitários, pequenas organizações com pautas reivindicativas específicas, relacionadas à conquista dos mais variados direitos sociais (moradia, saneamento, educação, saúde, ou direitos civis como igualdade de gênero, entre outros tantos). O que se quer dizer é que a militância, mesmo reconhecendo que não se deve confundir-la com a profissão propriamente dita, pode ser um dos meios mais férteis à atuação do Assistente Social, em contraponto a já tradicional tecnificação do trabalho que leva à subversão valores e princípios profissionais, acarretando muitas vezes a impossibilidade do profissional em



identificar as contradições, as possibilidades e os limites do trabalho, condição típica de um profissional subjugado ao instituído e que não realiza mediações com as determinações estruturais que incidem diretamente no seu trabalho. Essa é a diferença entre aparelhamento político-partidário e a consciência de que se realizam ações políticas em qualquer espaço onde se exerce o trabalho profissional.

Portanto, é preciso compreender que toda e qualquer ação profissional, resguardados os limites da sua condição assalariada, é uma ação com determinada direção social e política, teleologicamente direcionada à emancipação humana, o que pressupõe necessariamente, pelo ponto de vista marxiano, a superação do capitalismo. Como o próprio Netto defende, a teoria social de Marx possui relação íntima com o projeto socialista revolucionário e ao enfraquecer qualquer uma de suas bases constitutivas, seja o seu cariz teórico ou prático-político, desmobilizam-se as atividades políticas que visam à superação da ordem burguesa (NETTO, 1995).

[...] a obra de Marx fundou um modo original de apreender o ser social na análise crítica da sociedade burguesa e sua dinâmica, análise que inclui necessariamente a alternativa (inscrita no movimento desta sociedade) da revolução socialista (NETTO, 1995, p. 84).

Outro aspecto importante a ser problematizado concerne à crítica da escola marxista adotada nessas primeiras aproximações. No tempo presente, o que se observa é a extirpação de alguns clássicos marxistas anteriormente hegemônicos nas elaborações do Serviço Social. Acredita-se que, porém, o principal problema na ocasião das primeiras aproximações entre a profissão e o marxismo não foi a referência às obras althusserianas, maoístas, leninistas ou trotskistas, mas sim o não recurso aos trabalhos originais de Marx, devido às condições da época que impossibilitavam o acesso a essas elaborações. Além disso, a sua apropriação muitas vezes se restringia a leituras superficiais, não se desdobrando em estudos com maior profundidade teórica da obra desses autores, que também aportam importantes contribuições para a compreensão da obra marxiana.

A tradição marxista é cercada de polêmicas e disputas, haja vista a densidade de correntes que se conformaram para garantir uma releitura dos conceitos marxianos e suas mediações com outras temáticas em contextos diversos. A simples rejeição a qualquer uma dessas correntes ou escolas, que compõem a totalidade do pensamento crítico, corre o risco de empobrecer qualquer elaboração sob essa perspectiva. O Serviço Social, por questões históricas, tem fundamentado suas principais elaborações teóricas a partir de dois grandes

pensadores marxistas, Lukács e Gramsci, em detrimento de outros clássicos, muitas vezes, secundarizando o acesso direto as próprias obras de Marx.

A interrupção desse processo veio em 1975, com a demissão dos profissionais a este vinculado. Segundo Netto, a crise que se instalou na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, que levou à demissão desses docentes, ocorreu em circunstâncias não elucidadas por falta de documentos que pudessem esclarecer os fatos que levaram ao encerramento dessa experiência (NETTO, 2009). Contudo, apesar do fim desta experiência em particular, já no final da década de 70 e início da década seguinte, no mesmo quadro de século, desponta um novo cenário nacional excepcionalmente favorável às novas iniciativas no interior do Serviço Social. A ditadura militar entra no seu momento de colapso com o fim do *milagre econômico*, que se estendeu entre 1968 a 1973, processo que se esgotou com a desaceleração da economia nos meados de 1980. Deste modo, entram no cenário político novas forças sociais que foram escamoteadas no auge do governo militar. Diante da pressão política e da crise econômica que se alastrava, deu-se início a um processo de “[...] transição conservadora [...]” (OHWEILER, 1985, p. 189), com a finalidade de manter sob controle a luta de classes que se inflamava novamente. Observa-se nesse período o ressurgimento das lutas operárias, como foi o caso das greves do ABC paulista e, de outro lado, o fortalecimento de correntes liberais conservadoras, a partir da fundação do PMDB, que comportava figuras tanto do então MDB como da Arena.

No Serviço Social, as mudanças referentes à própria profissão já vinham ocorrendo no percurso do regime militar, atingindo importantes dimensões concernentes à área. Estas mudanças possibilitaram mais adiante, já sob o contexto da derrocada da ditadura, o avanço no processo da renovação crítica da profissão, pois rebateram sobre diferentes frentes do Serviço Social, permitindo assim uma massificação entre os quadros profissionais dos debates acerca do que veio a se constituir no novo projeto profissional. No final da década de 1970, o Serviço Social contava um amplo contingente profissional atuando em diversificados campos de trabalho. Esse novo quadro, somado às lutas sociais que emergiam sobre a crise do regime militar, permitiu a eclosão de entidades organizativas de Serviço Social. Em 1979 há a criação do CENEAS, transformada em ANAS no ano de 1983. Esta entidade sindical realizou o importante movimento que culminou no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, sediado em São Paulo. Esse evento, conhecido como “Congresso da Virada”, foi um marco na renovação crítica da profissão, pois nesta ocasião, a direção conservadora do Conselho Regional de Assistentes Social de São Paulo com fortes laços com o regime militar, e que

controlava formalmente o evento, foi deposta, sendo substituída por dirigentes vinculados às lutas populares. A vitória sobre a direção do então Conselho faz repercutir positivamente sobre as organizações políticas da profissão, como explica Silva:

Essa iniciativa repercute em nível nacional, registrando-se esforço de articulação do movimento sindical dos assistentes sociais, com reativação de alguns sindicatos, algumas associações e criação de novas associações profissionais, que, posteriormente, se transformam em sindicatos estaduais, permitindo, em 1983, a criação da Associação Nacional de Assistentes Sociais (ANAS) (SILVA, 2011, p. 61).

O então Conselho Federal de Assistente Sociais (CFAS), junto à Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS), são pressionados pelo novo quadro sociopolítico que se impõe. Portanto, ambas passam a incorporar as novas demandas vindas das reivindicações populares que são colocadas à profissão. A incorporação dessas demandas por estes espaços organizativos do Serviço Social passa a refletir no modo como a profissão pensa e realiza o seu trabalho profissional, provocando alterações substantivas tanto na direção político-profissional, como na própria formação dos seus agentes. Sob esse novo contexto que se conformava tanto na realidade nacional como internamente na profissão, passa a ser incorporado um ideário vinculado aos interesses da classe trabalhadora, o que também permitiu uma aproximação mais profunda e consistente da categoria com o pensamento marxista.

Vinculada a esse processo, em 1979, é criada a Revista Serviço Social e Sociedade, que até os dias atuais mantém edições regulares, sendo um dos meios mais importantes de divulgação da produção científica da profissão no Brasil. Esta revista tornou-se um espaço de publicação para os novos estudos que surgem nesse período, provindos principalmente dos programas de pós-graduação na área de Serviço Social que começam a se consolidar. Em 1981 inicia a primeira turma de doutorado em Serviço Social na América Latina na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sendo que, no ano seguinte, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) reconhece oficialmente a pesquisa em Serviço Social (SILVA, 2011).

Netto reforça que, com a expansão tanto da pós-graduação na área como das unidades de ensino, inaugura-se na profissão um canal propício para receber influxos de outras áreas do conhecimento, facilitando a erosão do Serviço Social tradicional no meio acadêmico. Ou seja, com a consolidação acadêmica do Serviço Social, se gesta uma massa crítica de Assistentes Sociais abertos a dialogar com outros campos do conhecimento, principalmente

as Ciências Sociais, levando a um processo de resgate da intenção de ruptura configurada na experiência de Belo Horizonte (NETTO, 2009).

No ano de 1982 é lançado livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil*, de autoria de Marilda Iamamoto e Raul de Carvalho, tornando-se um marco na profissão por representar o primeiro estudo sobre o Serviço Social a partir de uma interpretação marxiana. Netto reforça que essa produção demarcou a maioria intelectual da profissão, demonstrando a força do movimento de intenção de ruptura que consolidou sua hegemonia a partir desta década (NETTO, 2009).

Neste mesmo ano foi aprovado, junto ao Conselho Federal de Educação, o novo currículo mínimo, conhecido como o Currículo de 1982. Este currículo foi também um marco no processo de renovação por representar o primeiro esforço, no âmbito da formação profissional, de superação das práticas tradicionais que eram desenvolvidas sob influência do Serviço Social norte-americano. Este documento foi pensado a partir da XXI Convenção da Associação Brasileira de Ensino do Serviço Social e a partir das contribuições do movimento estudantil, representadas pela Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO). O Currículo de 1982 representou também um esforço de superação da revisão curricular ocorrida em 1970, que acentuou o caráter tecnicista do trabalho profissional, comprometendo-se com a modernização conservadora impulsionada pelo governo militar para remodelar os padrões educacionais do país.

Contudo, a fragilidade da proposta centrava-se na unificação dos projetos profissional e societário, como consequência da ausência de mediações sobre o que era definido como comprometimento profissional com a transformação social (ABESS, 1996). Esse currículo evidenciou as dificuldades da categoria para elaborações mais consistentes nessa primeira fase de aproximação ao marxismo, tendo em vista a tendência em se subsidiar somente em frágeis documentos a estes referentes, que não condiziam com a essência desse pensamento. Apesar de trazer ao debate elementos importantes ao método, como no caso da centralidade do trabalho na formação do ser social, hoje constatam-se as brechas deixadas por essa leitura (ABESS, 1996, p. 148).

O currículo representou, portanto, uma tentativa de direcionar a formação profissional a partir dessa teoria social, mas com algumas questões que precisaram ser revistas no currículo de 1996. Segundo Lopes, esse currículo continha incorreções principalmente no que tange ao ensino das disciplinas de Metodologia, Teoria e História do Serviço Social,

ministradas separadamente, a partir de perspectivas teóricas diversas, ou seja, ecléticas, mas sob uma suposta hegemonia do marxismo (LOPES, 2016).

Outros equívocos do Currículo de 1982, acentuados na pesquisa realizada pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em conjunto com a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) em 1989, dão conta que, no âmbito da formação profissional desenvolvida sob as orientações desse currículo, especificamente a partir do ensino da disciplina de Metodologia em Serviço Social, demonstraram uma incapacidade de superar o ecletismo, tido como uma busca incessante de “[...] conciliação de tendência opostas [...]” (ABESS, 1989, p. 75), fenômeno condizente ao enraizamento de tradições intelectuais conservadoras no Serviço Social, comprometidas com uma suposta conciliação de ideias e interesses de classes sociais opostas. Além disso, a fragmentação dos conteúdos, abordando cada método das Ciências Sociais em disciplinas independentes, provocou um isolamento e ausência de diálogo entre as vertentes, “[...] sem estabelecer uma articulação com o processo das relações sociais de classe e com o movimento contraditório entre elas” (ABESS, 1989, p. 77). Este método de ensino não estimulava o confronto entre essas perspectivas, além de não dialogar com o restante do currículo.

### **Considerações Finais**

Apesar das fragilidades que retratam esse período, em que o Serviço Social passou a subsidiar suas reflexões no pensamento marxista, não restam dúvidas sobre os avanços obtidos, tendo em vista a maturidade teórica alcançada na década seguinte. O projeto profissional, que inclui os documentos legais referentes à profissão, como o Código de Ética Profissional do Assistente Social (CFESS, 1993), a proposta das Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996; MEC-SESu/CONESS, 1999) e a Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão (BRASIL, 1993), da mesma forma que o conjunto da produção científica construída ao longo dos anos pelos profissionais da área, é expressão do que Iamamoto (2004, p. 615) refere como: “[...] patrimônio sociopolítico e profissional [...] que só pode ser compreendido por sua associação ao pensamento crítico-marxista”. O principal avanço da década de 1980 é o reconhecimento de que o Serviço Social só pode ser pensado por sua inserção na luta de classe, produto das condições históricas em que se reproduz a sociabilidade humana no cenário do capitalismo. Nas palavras de Iamamoto:

Seu núcleo central é a compreensão da história a partir das classes sociais e suas lutas, o reconhecimento da centralidade do trabalho e dos trabalhadores. Ele foi alimentado teoricamente pela tradição marxista – no diálogo com outras matrizes analíticas – e politicamente pela aproximação às forças vivas que movem a história: as lutas e os movimentos sociais (IAMAMOTO, 2014, p. 615).

Ou ainda, conforme o balanço de Netto, sobre o saldo positivo resultante dessa aproximação entre o Serviço Social e o marxismo, aponta as seguintes contribuições:

1. Ampliação do universo temático do debate profissional, com a introdução de discussões acerca da natureza do Estado, das classes e dos movimentos sociais, das políticas e dos serviços sociais, da assistência; 2. O desvelamento crítico do lastro conservador (teórico e prático) do Serviço Social; 3. Reconhecimento da necessidade de explicitar, com a máxima clareza, as determinações sócio-políticas das práticas profissionais; 4. A ênfase na análise histórico-crítica da evolução do Serviço Social no país (NETTO, 1995, p. 90).

Partindo do entendimento dos fenômenos enquanto processos inacabados, sempre em constante transformação, é importante ressaltar que esse percurso de aproximação entre o Serviço Social e o marxismo permanece em andamento, ainda apresentando no seu interior fragilidades e inconsistências, no que concerne a apropriação da teoria e do método, apesar de todos os avanços nas duas últimas décadas na produção teórica no Serviço Social, a partir da perspectiva crítica. Contudo, os desafios para consolidar o projeto profissional de fundamentação crítica ainda são muitos, e os riscos para a manutenção dessa conquista tem se tornado ainda mais complexos frente ao avanço neoconservador tanto no espaço acadêmico, como no âmbito ideológico-político no cenário nacional. Portanto, o aprofundamento do debate acerca do tema deve permanecer firme e coletivo, fortalecendo e legitimando os espaços organizativos da categoria profissional.

## Referências

ABESS. Ensino de Metodologia nos Cursos de Serviço Social. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 3, 1989.

BRASIL. **Lei nº 8.662/1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

CFESS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais.** Brasília (DF): 1993.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no serviço social brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, 2014.

LOPES, Josefa Batista. O movimento de reconceitualização do serviço social na América Latina como marco na construção da alternativa crítica na profissão: a mediação da organização acadêmico-política e o protagonismo do serviço social. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.). **Serviço social no Brasil: histórias de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

MORAES, A. M. et al. Esforço de construção de um projeto profissional a partir da ruptura. In: SILVA, Maria Ozanira Silva e. **O serviço social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, J. P. Notas sobre o marxismo e serviço social, suas relações no Brasil e a questão do seu ensino. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 4, 1995.

NETTO, J. P. Introdução ao método na teoria social. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília (DF), 2009.

OHLWEILER, Otto Alcides. **Evolução sócio-econômica do Brasil: do descobrimento à Nova República**. Porto Alegre: Tchê, 1985.

SILVA, Maria Ozanira Silva e Silva (Coord.). **O serviço social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, José Fernando Siqueira. **Serviço social: resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez, 2013.